

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

TERRA, TRABALHO E LIBERDADE: POBRES E LIVRES E POVOS ORIGINÁRIOS PELOS CAMINHOS DE MATO GROSSO (SÉCULO XIX)

Maria Celma Borges

Doutora em História, UFMS, CPTL, membro do INCT Proprietas

maria.borges@ufms.br

RESUMO: Objetivamos neste texto discutir a terra, o trabalho e a liberdade pelos caminhos de Mato Grosso, especialmente do sul, no século XIX, com ênfase para alguns vestígios de ações dos pobres e livres e dos povos originários encontrados pelos trajetos que ligavam São Paulo, Minas Gerais e Goiás à Cuiabá. Na análise da documentação é possível perceber que nesses trechos há indícios de como se davam as ocupações de terras, de encontros e desencontros entre os ditos “pioneiros” e os povos que por ali se encontravam, fossem na condição de habitantes do lugar, os povos originários, ou ainda como roceiros e/ou trabalhadores em terras alheias, no caso dos pobres e livres. Um requerimento de José Garcia Leal, enviado em 1840 para o presidente da Província, Estevão Ribeiro de Rezende; Correspondências oficiais da Presidência da Província para o interior; um Itinerário de viagens, escrito em 1879; publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como Relatórios de Província, são fontes a serem utilizadas, na busca de sujeitos, ações e interesses no cenário de ocupação e expropriação da terra e do trabalho em Mato Grosso.

PALAVRAS-CHAVE: pobres e livres; Povos originários; Mato Grosso.

Introdução

Na análise de fontes como o Requerimento intitulado “Carta de José Garcia Leal para o presidente da Província de Mato Grosso relatando que suas terras foram invadidas pelos índios Uaicurus”; “Correspondências Oficiais do Presidente da Província de Mato Grosso” e o “Itinerário de viagem que fiz desta cidade de Cuyabá à Vila de Sant’Anna do Paranahyba”, escrito por José do Espirito Santo Barbosa¹, Relatórios de Província e publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outras evidências históricas, é possível encontrar indícios do modo como se desenhara a ocupação das terras pelos ditos “pioneiros” e os interesses no incentivo à pecuária, pelo sul de Mato Grosso. Também nos deparamos com a luta pela liberdade e contra a ocupação dessas áreas nas ações dos povos originários, como

¹ Texto publicado em: BUENO, Francisco Antonio Pimenta. Memória Justificativa dos trabalhos que foi encarregado à Província de Matto Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura, de 27 de maio de 1879. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

os Kayapó, entre outros indígenas. Nos deparamos ainda com a presença incômoda dos pobres e livres, a desvendar alguns traços da história de violências e de resistências por esses caminhos.

Ao tomarmos como baliza esta documentação, visa-se entender de que modo a imposição do trabalho forçado ao indígena e a expropriação de suas terras se entrelaçavam à exploração da mão de obra também dos pobres e livres, no XIX, explicitando como se edificaram a ocupação da terra e as relações de trabalho e de poder por essas localidades. Os pobres e livres, dos campos e vilarejos, iam encontrando lugar nesse universo na condição de agregados, trabalhadores e moradores de favor em terras alheias, vindo a constituir, em muitos casos, junto aos indígenas, as milícias particulares, ou mesmo tornando-se pequenos posseiros, ao ocuparem áreas irregulares, já que as primeiras levas de migrantes de Minas, Goiás e São Paulo que chegaram, por exemplo, pelo lugar que mais tarde se denominaria Sant'Anna do Parahyba, vieram em tempos em que estava suspenso o regime de sesmarias que perdurou até 1822. Mas, à revelia do que demandavam - ou deixavam de demandar as leis -, grandes extensões de terra passaram a ser "ocupadas" pelo "afazendar-se" (LOPES, 2010) dos sertanistas que ali iam se estabelecendo e se espraiando por outros lugares do sul de Mato Grosso, e pouco lugar restou aos pequenos roceiros e aos povos originários.

Interessava ao poder provincial, similar aos interesses locais, o estabelecimento de migrantes mineiros, goianos e paulistas por aquelas terras, ao trazerem de suas terras de origem a experiência da pecuária entendida como a produção econômica que viria a ser o substitutivo da economia mineradora ao norte de Mato Grosso². Mas isto não se dava sem que deixassem de existir conflitos entre os poderes locais e o provincial, como ocorreu em Sant'Anna do Parahyba (BORGES, 2017).

² Sobre os interesses em atrair migrantes "povoadores" para Mato Grosso, dizia Pimenta Bueno, presidente da Província de Mato Grosso, no ano de 1837: "O começo da abertura da estrada do Pequeri tem sido para nós o começo da entrada de povoadores, que de cada vez mais receberemos, vindos da Província de Minas Geraes, onde eles não achão as férteis e despovoadas campanhas, que aqui os prendem com vantagem sua e nossa" (p.175) In: RIHGB 1840 - Tomo II. **EXTRACTO do Discurso do Presidente do Mato Grosso, o Dr. José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em o dia 1º de Março de 1837. Terceira edição - Tomo Segundo. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1916.**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

Buscando os meandros dessas relações e os vestígios deixados pelos povos originários e os pobres e livres por alguns dos caminhos de Mato Grosso, especialmente por aquele que ligava São Paulo, Minas e Goiás a Cuiabá e vice-versa, interessa analisar como o modo de vida desses agentes sociais se desenhara nesse cenário de violências, mas sem que deixasse de existir resistências, inclusive na teimosia desses homens e mulheres em permanecerem com suas plantações, por esses caminhos, ainda que vivendo as adversidades do processo de ocupação dessas áreas.

A ocupação das terras no sul de Mato Grosso no cenário do XIX: algumas considerações

O Relatório do Presidente de Província, Major Joaquim José de Oliveira, escrito em 03 de maio de 1849, para a abertura da Assembleia Legislativa Provincial, demonstrou os rumos da pecuária em terras de Mato Grosso já em meados do XIX e os interesses da administração em fomentar essa economia. Conforme esta fonte: “A exportação do gado vacum tem tido algum incremento nestes últimos anos e as fazendas de criação vão substituindo os estabelecimentos de mineração”³. As formações de áreas de pastagens no meio rural em Mato Grosso, a expulsão dos povos originários e dos antigos moradores, roceiros, dessas terras que se tornariam pastos para a criação de gado, ou mesmo a permanência no meio rural de indígenas e de pobres e livres como agregados e/ou camaradas dão a tonalidade das relações de trabalho e do modo de vida dos povos da terra também por essa parte de Mato Grosso. Sendo útil tanto para os interesses privados como para o público a mão de obra indígena foi utilizada e defendida por todo o século XIX, assim como a ocupação de suas terras.

A liberalidade do governo provincial, ao facilitar e mesmo incentivar a ocupação de extensas parcelas de terras para a criação do gado pelos “povoadores” em Mato Grosso, de norte a sul, referenda o desinteresse no fomento à pequena propriedade, ao mesmo tempo em que enuncia a expropriação das terras indígenas e também o impedimento de acesso à terra aos pobres e livres e libertos. Isto é perceptível

³ Relatório do Presidente da Província de Mato-Grosso o Major Doutor Joaquim José de Oliveira na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1849, Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp. Rua do Ouvidor, n.63, 1850, p.15. Acessado em http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

na análise de algumas fontes que tratam da ocupação das terras por essas localidades, a exemplo da que relacionamos a seguir.

José Garcia Leal, migrante mineiro pelas terras do sul de Mato Grosso, em 5 de março de 1840⁴, em Sant’Anna do Paranahyba, escrevia um requerimento ao presidente da Província de Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende, mostrando o seu interesse em apossar-se de mais terras no sul. No requerimento encaminhado ao poder maior da Província, encontramos uma evidência de como Garcia Leal buscava se apropriar de vastas extensões, neste caso, por entre o Rio Pardo e os campos de Vacaria, enquanto algo natural e ainda de interesse do próprio poder provincial, já que impediria as “orlas selvagens” dos Guaicuru de permanecerem no local afugentando os “novos colonos”.

Na solicitação de apossamento e domínio dessas terras, observa-se que o desejo de ocupação das áreas entre o Rio Pardo e Vacaria não se fundamentava em projetos de distribuição da terra para os agricultores ali estabelecidos, mas sim no “apossamento”, pelas mãos de Garcia Leal, de terrenos que dizia ter “comprado” de Gabriel Francisco Lopes, irmão do conhecido sertanista, Joaquim Francisco Lopes, autor da obra “Derrotas”⁵. Neste Requerimento, tanto os povos originários que, como dizia Leal, poderiam estar nas proximidades, como os roceiros, eram vistos enquanto entraves para a instituição da propriedade, nos moldes do “afazendar-se”.

Tecendo um breve histórico das incursões do primeiro Lopes (ou seja, de Gabriel Francisco Lopes, irmão de Joaquim Francisco Lopes, conhecido pela historiografia memorialista como “pioneiro” na ocupação de terras no sul de Mato Grosso), José Garcia Leal busca fundamentar o seu pedido de concessão de terras ao presidente da Província, alegando até mesmo que isto se dava para impedir que houvesse “outro extermínio” dos colonos pelos “Aicurú”, como ocorrera com o

⁴ ACBM – IPDAC, Pasta 101, n.2.304, 2p. Carta de José Garcia Leal para o presidente da Província de Mato Grosso relatando que suas terras foram invadidas pelos índios Guaicurus. Vila de Santana, 5 de Março de 1840. Sobre a explicação desta fonte, apresentada pelo Arquivo Casa Barão de Melgaço, vale explicitar que Garcia Leal indica a existência de índios Guaicuru pelas redondezas e aponta o seu temor em relação aos mesmos e não que “suas terras foram invadidas” pelos mesmos. E trata-se ainda de um requerimento e não de uma carta como descreve o acervo.

⁵ Sobre esta história dos Lopes, destacamos a obra “Derrotas”, escrita por Joaquim Francisco Lopes (2010), irmão de Gabriel, e João Henrique Helliot, seu ajudante, norte americano que acompanhara Joaquim Lopes, por algumas dessas incursões entre o período de 1829 a 1857.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

sacerdote que vivia naquelas terras tempos atrás. O seu relato foi permeado pela ideia de que parte dessas terras lhe pertencia por tê-las adquirido do “primeiro descobridor Lopes” pela “quantia de trezentos mil réis”. Mas, caso fosse de “propriedade nacional” desejava então “ser empossado daquelas terras” banhadas pelo ribeirão Vacaria, e para que o seu domínio se efetivasse solicitava que a área fosse concedida “sem, ou com aquelas condições” que fossem julgadas razoáveis:

Gabriel Francisco Lopes, cidadão domiciliado deste Distrito, roteando os sertões do Rio Pardo nos últimos meses do ano passado, descobriu, em um ribeirão denominado Vacaria, contra-vertente do rio Miranda, sinais de que aquele terreno já fora outrora cultivado, e habitado por comprovincianos civilizados, como sejam *dois(?) esteios (?)* lavrados de tempos remotos, e certa porção de gado havia, e sem alguma marca, o que vulgarmente diz ter sido propriedade de um sacerdote, que pretendendo em outro tempo ali estabelecer-se fora invadido e espoliado pelos índios Aicurús: pelo primeiro descobridor Lopes me foi oferecida uma parte deste terreno, que comprei pela quantia de trezentos mil réis: mas como quer que sejam de propriedade nacional os bens chamados do invento, em cuja linha de proporção está o território de Vacaria, e eu deseje ser empossado daquelas terras que são banhadas pelo ribeirão dito: é portanto meu requerimento que Va. Exa. Seja servido conceder-me aprove o domínio referido, sem, ou com aquelas condições que em sua sabedoria julgar razoáveis. Eu devo ponderar ainda a Va. Exa. que havendo aquele lugar sofrido em outro tempo invasão Aicuriana, é de presumir que o seu aldeamento esteja perto, e perto talvez outro extermínio semelhante nos agricultores, que de tropel procuram estabelecer-se naqueles aprazíveis campos: pelo que é também de opinar que Va. Exa. tomando em consideração todo o expedido, Pai da Pátria, e Promotor incansável dos públicos interesses da Província que sabiamente rege, se digne proteger os novos colonos do Rio Pardo e Vacaria, com aquela defesa que julgar conveniente. Deus Guarde Va. Exa. Constituição de Sant Anna, 5 de Março de 1840. Ilmo. Exmo. Sr. Presidente da Província de Mato Grosso.

Esta fonte desvela o jogo de interesses privados em diálogo com o poder público na apropriação indevida de terras em tempo anterior à Lei de Terras de 1850 e em que inexistia uma lei que regulasse a posse e propriedade da terra. Em meio a este requerimento é possível encontrar diversos personagens: os “pioneiros”, os “uiacuru” e ainda pequenos posseiros, os chamados “agricultores”, que, possivelmente, deveriam estar cultivando roças e delas vivendo, tornando-se, desse modo, juntamente com os povos originários, obstáculos frente aos interesses dos “pioneiros”.

Estes são alguns dos indícios de que a ocupação das terras no sul de Mato Grosso não se dava sem que deixasse de existir conflitos. Mas, o que nos resta, como nesse documento, são vestígios impressos pelo dito “pioneiro” e o peso de sua pena ao

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

ter em mãos os recursos da caneta, a exemplo desta correspondência enviada ao governo da Província solicitando a posse das áreas. Afora este recurso de cartas e requerimentos, os grandes posseiros utilizavam ainda de outros “meios”, como a constituição de milícias armadas na defesa do que entendiam ser-lhes de direito. Estas milícias, em sua maior parte, compunham-se, contraditoriamente, daqueles que tinham as terras usurpadas: os povos originários e os pequenos roceiros. Mesmo que esta documentação traga a voz do “pioneiro”, nas brechas e entrelinhas é possível nos depararmos com outros personagens e contar outras histórias...

Quanto ao burlo das leis, especialmente da Lei de Terras de 1850 e de sua regulamentação, pelo Registro Paroquial de 1854, em terras do sul de Mato Grosso encontramos um fato interessante na Vila de Miranda, no pantanal, em 1855⁶, momento em que o vigário da Vila, Bento de Souza Canavarro, denunciava ao presidente da Província, Augusto Leverger, ter sido arrancado da porta da Igreja de Miranda o Edital fixado solicitando que todas as terras apossadas fossem obrigatoriamente declaradas, como ordenava o Registro Paroquial publicado no ano anterior.

Contou-nos o vigário Bento que “na noite do dia 6 para 7 do corrente mês, foi o referido Edital arrancado da porta da Igreja Militar, que serve de matriz dessa Freguesia por pessoa do Quartel, a pedido (talvez) de pessoa de fora, inclinada, ou costumada a tais desaforos...” Este acontecimento desvela uma das ações, ou melhor, reações face à Lei e sua Regulamentação subsequente. Ao retirar o Edital da porta da Igreja, quem fez esta ação, a “pessoa do Quartel”, deixou entrever o incômodo que a efetivação da Lei poderia causar àqueles que se viam “obrigados” a cumpri-la e, mesmo que não se cumprisse a Lei - visto que permaneceu no papel em muitas localidades de nosso país, a exemplo de Mato Grosso -, somente a tentativa de instituí-la já deveria ferir “mandos e desmandos” dos que se queriam donos do lugar (SILVA, 1996).

Passados onze anos do decreto da Lei de Terras de 1850, em 1861 encontramos a seguinte informação acerca da interpretação desta Lei por terras de Mato Grosso:

Um documento de 22 de fevereiro de 1861 do Delegado Luis Seixas Pereira dos Guimarães, da Repartição de Terras Públicas, endereçado ao Diretor

⁶ ACBM - 1855 C1 – 2662

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Geral de Terras Públicas, Bernardo Augusto Nascentes d’Azambuja, apresenta alguns dos limites da Lei de Terras em Mato Grosso ao apontar para a carência de legitimação e revalidação das posses e sesmarias: “e que tão necessário é para conhecer-se os verdadeiros limites das terras devolutas”⁴⁸. A dificuldade se dava, conforme Guimarães, ‘em 1º. lugar a falta de juízes comissários, e sobretudo de agrimensores para todos os municípios da Província, e em 2º. a pobreza de alguns possuidores, cuja fortuna não bastaria para as despesas que as medições forçosamente tem de produzir’. (BORGES, 2017, p.124)

Neste mesmo documento dava-se a solicitação de que todas as terras deveriam ser medidas, fossem elas “adquiridas por posses sujeitas a legitimação, ou por sesmarias ou outras concessões, que estejam por medir, e sujeitas a revalidação”. Entretanto, esta mesma fonte explicitava que: “Até a data de hoje ainda ninguém se apresentou pedindo a legitimação e revalidação de suas terras”. (Apud BORGES, 2017, p.124)

Depreende-se destas fontes a percepção de que o “olhar a perder de vista” em terras do sul de Mato Grosso seguia a lógica do silenciamento quanto à definição do tamanho e dos limites a serem demarcados, pois assim as cercas poderiam se alongar e deslocar-se ainda de forma mais “tranquila” sem a regulamentação, fazendo com que marcos da “propriedade” e a violência sobre os povos da terra continuassem a se efetivar quase que como uma ordem natural do processo de ocupação, mas sem que deixasse de existir dissonâncias (MOTTA, 1998).

Alguns apontamentos sobre os Kayapó nesse cenário

A violência face aos povos originários em Mato Grosso e suas terras é registro desta história de usurpações desde a colônia, especialmente no cenário das monções do século XVIII, e percorreu todo o século XIX até as suas últimas décadas demonstrando que interessava aos poderes provinciais, semelhante ao restante do país, a tomada de áreas ocupadas por esses povos e o seu controle, assim como o uso intensivo de sua mão de obra, independentemente dos meios utilizados. Como observamos em outro texto quando da referência aos Kayapó e o modo como o seu trabalho fora usurpado para atender aos interesses públicos e privados, o jogo de interesses, incluindo a concessão de patentes e honorarias aos indígenas, era uma das estratégias, a fim de atraí-los, de todos os modos possíveis, para o sorvedouro de sua mão de obra:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

Nas correspondências oficiais é nítida a preocupação das autoridades e de suas representações locais em conceder, por exemplo, fardamento, patentes e honorárias aos Cayapó, a fim de manter o controle desses povos e favorecer os interesses provinciais e locais. Isto se dava particularmente no interesse ao acesso à produção alimentícia das roças para manter as edificações de defesa das fronteiras e para sustentar os projetos de ‘civilização e catequese’, bem como na utilização de seus conhecimentos como guias na perseguição a escravizados fugidos, entre outros serviços. (BORGES, 2017, p.110)

Em defesa da “indústria pastoril” em terras de Mato Grosso se justificavam as atrocidades cometidas frente a esses grupos e àqueles que resistiam à dominação. Os Kayapó que, vez ou outra, apareciam pela vasta região entre o sul e o norte de Mato Grosso, especialmente por Sant’Anna do Paranahyba e arredores, pode-se dizer que foram confinados, em sua maior parte, em aldeamentos a partir da terceira década do século XIX, os quais perduraram pouco tempo, como se depreende da documentação analisada (BORGES, 2012), na medida em que não interessava aos poderes públicos e ao privado o reconhecimento do território por eles ocupado.

Ricardo José Gomes Jardim, presidente da Província de Mato Grosso, em Ofício ao governo Imperial, em 1846, ao falar da criação da Diretoria dos índios na Província de Mato Grosso e da aldeia de Sant’Anna do Paranahyba, observou que: "contava de 150 a 160 índios Cayapós d'ambos os sexos, que emigraram das aldêas de Goyaz em 1835, dos quais muitos se tem dispersado, empregando-se uns como camaradas de tropa, e outros trabalhando a jornal para os moradores do districto".⁷

Aqueles que sobreviveram a esse processo de violências vivido dentro e fora dos aldeamentos no decurso do século XIX adentraram mais e mais as terras do Império, na tentativa de continuar a viver em outros lugares, como no Xingu (GIRALDIN, 1997), por exemplo, na medida em que viam suas terras serem usurpadas e os aldeamentos compartimentados entre os ditos “pioneiros”. Esta afirmativa se sustenta na própria documentação oficial, como nas ações do presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em 1851, ao ordenar ao Diretor Geral dos índios de Mato Grosso que “todas as terras concedidas aos índios que já não vivam aldeados, mas

⁷ Revista do IHGB. **CREAÇÃO da directoria dos índios na província de Mato Grosso. Officio dirigido ao Governo Imperial em 1846 pelo presidente da mesma província o Sr, Coronel Ricardo José Gomes Jardim. (p.548), Ano de 1847**, Tomo IX, Segunda Edição. Quarto Trimestre, Typographia de João Ignácio da Silva: Rio de Janeiro, 1869, p.550.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

sim dispersos e confundidos na massa da população”, fossem consideradas terras devolutas e incorporadas ao território nacional, como no trecho a seguir:

[...] seqüestrar e incorporar aos próprios nacionais todas as terras concedidas aos índios que já não vivam aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população, pois que tais terras se devem considerar como devolutas, e como tais aproveitadas na forma da Lei n.601 de 18 de setembro de 1850, cumprindo que V. S. procure obter, e me transmita circunstanciadas informações sobre as ocupações atuais nas terras em questão, quaisquer que sejam os títulos em que elas assentem, assim como sobre os estabelecimentos que nas mesmas terras existam, as forças empregadas, a antiguidade das posses, e a extensão de cada um dos terrenos ocupados. (Apud BORGES, 2017, p.123)

As ações governamentais frente aos povos originários em Mato Grosso, chamados de “desgraçados” e “equiparados a triste condição de feras”, “infelizes” e “nossos inimigos irreconciliáveis”, a quem é preciso “todos os esforços para o extermínio dos índios” encontram evidência na correspondência enviada ao Alferes Antonio José Duarte, pelo presidente da Província, ainda em 1885, às portas da República. Neste documento é possível também encontrar a afirmativa de que seriam obstáculos que precisavam ser superados para que a “indústria pastoril e agrícola” pudesse se desenvolver sem esses entraves:

Já mandei buscar os onze índios prisioneiros na colônia de S. Lourenço. – Espero assim como o governo Imperial e a província, que Vmcê continuará a empregar todos os esforços para o extermínio dos índios, esses desgraçados que, equiparados a triste condição de feras, nos levão a assumir contra eles uma atitude, a primeira vista contrários aos princípios de humanidade. Mas não há que vacilar, pois esses infelizes vem serem nossos inimigos irreconciliáveis, como atestam as vitimas por eles imoladas desde épocas remotas, e os meios *suasciveis* (?) empregados para chama-los a nossa convivência sem resultado simbolizam um sério obstáculo ao desenvolvimento da indústria pastoril e agrícola que tem causado grandes males.⁸

Silva, ao estudar os Kayapó em Sant’Anna do Paranahyba, chegou a algumas conclusões que explicitam, em parte, como se dera a “integração” desses povos originários pelos caminhos, vilas, rios, posses e fazendas do sul de Mato Grosso:

Dos povos originários que habitavam aquelas terras, é possível dizer que na heterogênea categoria dos camaradas foram integrados muitos indígenas, ajustados ou impelidos para serviços geralmente temporários, atuando, por exemplo, como guias ou ajudantes em viagens e expedições, na condução de boiadas ou na criação de gado, em obras públicas, nos serviços de navegação

⁸ APMT. Província de Mato Grosso. Registro de Ofícios Expedidos pela Presidência da Província às diversas autoridades do interior. 1885-1887.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

ou ainda em milícias armadas. Porém, essa integração não se deu sem distinção. Foi possível depreender das fontes consultadas que, apesar de livres, os indígenas não eram considerados trabalhadores, nos mesmos termos que os não-índios, mesmo atuando lado a lado com estes. (2020, p.131)

Estas considerações desnudam o universo ocupado por esses sujeitos e, ao mesmo tempo, denunciam o não lugar a eles destinado. Daí a importância de pesquisas, como a de Silva (2020), a vasculhar pegadas para que numa “história a contrapelo” (BENJAMIN, 1991), seja possível desvelar que o “não lugar” que lhes fora imposto não pode e nem deve encontrar lugar em nossa operação histórica (CERTEAU, 1979).

De Cuiabá à Vila de Sant’Anna do Parahyba: um itinerário de viagens e de personagens por esses caminhos ditos “vazios”

Por partirmos dessa premissa de busca dos lugares e de pistas por onde esses agentes sociais, os Kayapó, assim como os pobres e livres, possam ser encontrados, visamos apreender alguns traços de suas vidas. Assim, por entre Cuiabá a Sant’Anna, deparamo-nos com o “Roteiro da Estrada do Piquiri a Sant’Anna do Parahyba”, escrito por José do Espírito Santo Barbosa, em 1879, e denominado “Itinerário de viagem que fiz desta cidade de Cuyabá à Vila de Sant’Anna do Parahyba”. Este itinerário consta, por inteiro, na obra de Francisco Antonio Pimenta Bueno⁹.

José do Espírito Santo Barbosa ao narrar o que encontrou pelo trecho que ligava o Rio Taquary a Aldeia dos Kayapó destacou: “Neste lugar se estabelecem alguns índios Cayapós, que tem suas choupanas cobertas de capim”¹⁰. Esse itinerário nos fez enxergar, ainda que por nuances, lugares e pessoas muitas vezes encobertos pela exposição exclusiva da paisagem. Assim, foi possível chegar um pouquinho perto, por exemplo, do modo de vida dos Kayapó, pelos indícios de suas casas, descritas como choupanas cobertas de capim, em que, esses homens e mulheres, mesmo vivendo todas

⁹ In: BUENO, Francisco Antonio Pimenta. Memória Justificativa dos trabalhos que foi encarregado à Província de Matto Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura, de 27 de maio de 1879. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=1hNnAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 08 Mar.2021.

¹⁰ Idem, p.220.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

as intempéries a que eram acometidos no contato com a administração colonial e provincial, aliadas aos interesses particulares de sertanistas que adentravam essas áreas como se fosse um espaço vazio, nesses lugares permaneciam, aos trancos e barrancos, e enfrentavam os entrantes, no modo possível de cada dia.

Muitas vezes, no decurso dos séculos XVIII e XIX, os Kayapó empregavam a força em combate com fazendeiros e mesmo com pobres e livres que tentavam fixar-se pelas terras por eles ocupadas, mas também, como forma de sobrevivência, estabeleciam relações de convívio e de trabalho, como as que encontramos narradas em diários e relatos de viajantes que percorreram essas terras entre esses séculos, e as quais já nos referimos anteriormente (BORGES, 2017). Acerca de um desses conflitos chama atenção o texto de Joaquim da Costa Siqueira¹¹, ao nos contar que em agosto de 1778:

Neste mesmo mês matou o gentio Cayapó ou Bororo, na fazenda de Santo Antonio e Almas, pertencente a Jeronymo Francisco Rio, quatro pessoas: este lugar dista desta Vila o melhor de vinte e cinco léguas, e logo depois praticaram os Aycurus o mesmo em uma emboscada que fizeram no destino da Nova Coimbra, e mataram a dois soldados dragões e um miliciano.¹²

Dando continuidade à narrativa do Itinerário, um século depois da correspondência de Siqueira, Barbosa nos contou que no trecho que ligava a Aldeia ao rio das Pólvoras: “Existe neste ponto um tal de Chagas, que tem algumas criações”¹³. Diante desse trecho permanece a indagação: Quem seria Chagas com suas criações, possivelmente de porcos e galinhas e quem sabe alguma cabeça de gado? Quem era esse personagem que aparece descrito nesse roteiro logo em seu início? Teria muitas posses? Seria um pobre e livre? Do rio das Pólvoras, segundo o itinerário, seguia-se para o Ribeirão Queixada, deste para o Ribeirão Bananal e daí para a Pinguela, um pequeno ribeirão, se comparado ao Bananal. Do Pinguela o caminho era para o Pulador, um córrego pequeno, e deste ao Barro Preto e daí ao Jaurú. Nessa última localidade,

¹¹ Revista do IHGB. PRIMEIRO TRIMESTRE. **Compendio histórico chronologico das noticias de Cuyabá, repartição da Capitania de Matto-Grosso. Desde o principio do anno de 1788 até o fim do anno de 1817. Por Joaquim da Costa Siqueira.** 1850. *Tomo XIII, Segunda Edição. Typographia de João Ignácio da Silva: Rio de Janeiro, 1872.* (p.5-124)

¹² Idem, p.08.

¹³ Ibidem, p. 221.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

conforme o narrador: “Existe isoladamente aquém deste rio uma choupana, em que mora uma mulher com três filhas, com pequena criação de gado”¹⁴.

Pelos ditos sertões do Mato Grosso nesse cenário do XIX foi muito instigante encontrar a presença feminina descolada da figura do homem. Viviam, como narrou o itinerário, nessas terras, a mulher com suas três filhas e cuidando de uma pequena criação de gado. Em tempos em que havia quase uma onipresença do masculino nas narrativas de viagem, encontrar esta evidência da presença feminina pelas proximidades do rio Jaurú nos traz indícios de que naquela choupana, como em toda a colônia e império de Mato Grosso e do Brasil, havia muitas outras mulheres que, de modo semelhante, viviam a condição de cabeça do fogo, como responsáveis pelo sustento da casa, cuidando das criações e enfrentando as intempéries comuns àquele meio.

Dando prosseguimento à narrativa, Barbosa descreveu que do Embirucú ao Sucuriú este último era um “rio bastante caudaloso”. Da narrativa do trecho entre este rio e as terras de Manoel Paes, ainda nos contou que: “Neste lugar mora um sujeito de nome Manoel Paes, o qual não sabe dizer o apelido deste Ribeirão onde tem uma ponte de estiva”¹⁵. Novamente indagamos: quem seria Manoel Paes? Com quem ali vivia? Teria família, escravizados, criações? Ou vivia solitário por aquelas paragens nas últimas décadas do século XIX¹⁶. Prosseguindo ao que fora narrado, encontramos a informação de que nos trechos percorridos pelas terras de Manoel Paes havia então a Tapera de Luiz Paulista. Sobre este lugar, observou haver: “uma morada de casas assoalhadas e bem construídas, com coberta de telha e sem morador. Existe também um córrego”¹⁷. Por esta narrativa podemos indagar o que faria com que uma morada de casas assoalhadas e bem construídas e coberta de telha estivesse ali sem morador? Esta estrutura da casa já era novidade, pois os próprios destacamentos, como narrou o itinerário, eram cobertos de capim. Quem seria então Luiz Paulista? Quem mais, além

¹⁴ Op. Cit, p.222.

¹⁵ Idem, p.223.

¹⁶ Possivelmente, uma pesquisa nos inventários da época, encontrados no Memorial de Justiça de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande e/ou no Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, nos traga indícios desses sujeitos que vimos indagando. Observamos que, como continuidade desta pesquisa, pretendemos cruzar estas fontes.

¹⁷ Ibidem, p.224.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

dele, viveu por aquelas paragens? Se uma casa bem construída e coberta de telhas porque a designação de tapera para a referência ao lugar? Por qual motivo quem ali morava a abandonou? São várias as indagações que ficam sem a resposta, ao menos até o presente deste texto, porque é muito difícil seguir esses passos devido aos poucos indícios que temos em mãos, mas não deixam de ser indicativos de histórias que precisam ser conhecidas e contadas para quem sabe as paisagens deste sertão, tidas comumente como desertas, possam ir tomando corpo e vida na composição da história de gente daqueles lugares, de moradores, por entre serras e rios, que o itinerário traz e/ou enuncia, os quais ali poderiam ser encontrados em tempos outros. Mas, vale indagar: Seriam os encontros e desencontros com os povos originários, em outros tempos, que fariam com que a casa fosse abandonada? Seriam os poderes locais que iam se instituindo e alargando as terras, com o olhar a perder de vista, “afazendendo-se” (LOPES, 2010) e expulsando aqueles que estivessem à volta - especialmente pobres e livres - ainda em fins do XIX, fazendo com que Luiz Paulista tivesse que partir? Quem erigiu esta casa assoalhada e bem construída que não mais era tapera?

Da tapera de Luiz Paulista ao Pouso Frio, onde se costumava fazer pouso, o narrador discorreu sobre o próximo ponto, ao dizer que para ir dele ao nome de Cemitério “tem de atravessar pela campanha denominada Campo Limpo, sem haver um só arbusto por 4 léguas”. Do Pouso Frio ao Cemitério, observou que havia no lugar do Cemitério uma cabeceira, sendo lugar de pouso. Para encontrar água nos contou que foi preciso descer a serra e abaixo dela estava uma estrada que tinha ali o seu princípio e em distância de 4 ou 5 léguas chegava-se ao Rio Indaiá “onde existem alguns moradores, e à esquerda, à Santa Anna”¹⁸.

Do Cemitério ao Pasto Ruim, observou o itinerário que era um riacho com bastante água. Dali seguia-se para o Buracão, assim chamado por ser um buraco bastante fundo onde nascia um Ribeirão. Do Buracão a Francisco de Almeida Leite destacou ser um lugar habitado pelo morador de mesmo nome. Da casa deste morador, chamado Francisco, ao Córrego Fundo, contou que além do córrego, podia-se encontrar outro morador de nome Antonio José da Silva. Quem seriam esses moradores? Pobres e

¹⁸ Idem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

livres? Roceiros de poucas posses? São indagações importantes para apreendermos a história da gente comum.

Barbosa nos contou ainda que, do Córrego Fundo à Cachoeira e desta aos Dous Córregos “Existe aquém deste rio um morador, e além outro”. De Dois córregos à Árvore Grande, onde se costumava fazer pouso, diziam, segundo o narrador, ser cabeceira do rio Ariranha. Da Árvore Grande encaminhava-se para o alto da Serra de Januário Garcia, onde se pousava existindo diversas cabeceiras¹⁹.

Aí neste ponto do itinerário chama atenção o indicativo do nome da serra como “Serra de Januário Garcia”, irmão de José Garcia Leal, aqui já relacionado quando da referência à tentativa de posse pelos campos de Vacaria. Do Alto da Serra ao Ribeirão do Ariranha, Barbosa relatou que: “A serra do Januário Garcia desce, indo para Sant’Anna, e atravessa uma mata alta de meia légua, mais ou menos. Começa a esquerda a estrada que segue ao sítio de Januário Garcia”²⁰. A descrição parece indicar uma área de grande proporção, diferente de outras referências constantes no itinerário.

Do Ribeirão Ariranha seguia-se para a Vila de Sant’Anna do Paranyhyba. Em relação a esta Vila, conforme o narrador: “Acha-se colocada [...] em uma perfeita planície, toda regada de ribeiros, respirando belos ares, mui aprazível é a sua vista, e salubre a sua localidade”²¹. Vale observar que esta narrativa, escrita pode-se dizer uma década depois da passagem de Taunay por aquelas terras, é frontalmente diversa da apresentada por aquele engenheiro e responsável pelos relatórios de Guerra, no cenário da Guerra contra o Paraguai. Ao narrar a sua viagem de regresso de Mato Grosso à corte, na passagem por Sant’Anna, esta aparecia como uma “vila em decadência”, triste e pestilenta, entre outros atributos nada agradáveis:

Transpondo um corregozinho e subindo uma ladeira onde ha miseras casinholas, chega-se á principal rua da povoação, outr’ora florescente nucleo de população, hoje dizimada das febres intermitentes, oriundas das enchentes do Paranyhyba, ou pelo menos já estigmatizada d’esse mal, o que quer dizer o mesmo, visto como os moradores que de lá fugiram, não voltam mais. 800 habitantes mais ou menos, 3 ou 4 ruas bem alinhadas, uma matriz em construcção, há muitos lustros, o typo melancolico d’uma villa em decadencia, o silencio por todos os lados, crianças anemicas, mulheres

¹⁹ Op. Cit, p.225-226.

²⁰ Idem, p.226.

²¹ Idem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

descoradas, homens desalentados, eis a villa de Sant’Anna, ponto controverso entre as provincias de Goyas e de Mato-Grosso, pretendendo esta a posse por tê-la fundado e aquella por ter-lhe dado os meios de vida, enviando-lhe a pedido dos moradores, o mestre escola, o parcho e outras autoridades²².

Para além do olhar enviesado de Taunay, estrangeiro e marcado pelo desejo de chegar o mais breve à corte, após ter passado mais de quatro anos em meio à Guerra contra o Paraguai, é possível entender outros universos vividos nesse mesmo lugar, como o dos pobres e livres, descrito por Silva (2020), que em seus estudos, ao adentrar esta Vila e arredores e nela se deparar com a gente comum, possibilitou encontrarmos essas pessoas, desvelando as relações de trabalho e de poder em que estavam emaranhadas. Em suas considerações finais, Silva nos conta que:

Perseguindo o rastro de sujeitos pobres numa distante vila do império foi possível perceber como esses homens e mulheres livres, trabalhando lado a lado com mulheres e homens escravizados, foram indispensáveis na comunidade que se ergueu naquelas terras “descobertas” entre sertões. Por meio das fontes nos deparamos com eles em meio ao cerrado, trabalhando na derrubada do mato e mais adiante, no cultivo de roças de cana-de-açúcar, café, tabaco, mandioca, milho, arroz e feijão, ainda na lida com o gado e as outras criações. Pudemos vislumbrá-los nos quintais ocupados na fabricação das farinhas, do açúcar, da aguardente, da rapadura, do fumo, no beneficiamento do arroz “limpo”, ou ainda nas estradas cuidando do transporte e em outras tantas funções. Estavam, desse modo, envolvidos em maior ou menor grau, em todas as atividades desenvolvidas naquela localidade, e que, a julgar pelo número limitado de escravos, não poderiam ser desempenhadas exclusivamente por mão de obra cativa. (SILVA, 2020, p. 131)

Esses personagens, semelhante aos povos originários, nos interessam fundamentalmente por possibilitarem a escrita da história das pessoas comuns. Ou seja, de outras tessituras da gente de carne e osso para compor, ou seja, dar corpo e vida a esta narrativa. Nesse exercício, nos deparamos com homens e mulheres que, para além de figurantes, foram personagens centrais desta trama nos levando a entender ser preciso avançar o olhar para além dos interesses econômicos e políticos da Província como explicativos únicos da história. A história social e, nela, a história rural, desses homens e mulheres necessita ser contada para quiçá um dia os ditos “espaços vazios” possam ser preenchidos com a materialidade da vida, a evidenciar que foram muito mais que elementos da paisagem, ou mesmo peças ou mão de obra a se engrenar no sistema.

²² Revista *Trimestral do Instituto Historico Geografico e Etnographico do Brasil*. Alfredo D' E Taunay. Viagem de Regresso de Matto-Grosso á Corte. IN: Tomo XXXII, Parte Segunda. Rio de Janeiro: B.L. Garnier -Livreiro-editor, 1869, p.29.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

Algumas considerações

Nesse texto, visamos trabalhar algumas dimensões da história rural em Mato Grosso, especialmente no sul, com o enfoque para questões como a terra, o trabalho e a liberdade em que estavam envoltos indígenas e pobres e livres e ainda o modo como se relacionaram com os ditos “pioneiros”. Foi possível esse exercício por alguns vestígios da documentação, em que nos deparamos com pequenas marcas deixadas ao longo dos caminhos, em lugares como: aldeamentos, roças, sítios, pousos e fazendas. A análise centrou-se, em alguns momentos, nos Kayapó que eram presença incômoda aos interesses públicos e privados, por aquelas terras, semelhante aos “Uaicuru” de que trata o requerimento de José Garcial Leal. Mas, também interessava encontrar os pobres e livres por esses caminhos, a fim de contar parte de sua história.

Ao trabalharmos com uma documentação diversa buscamos o diálogo com o problema de pesquisa: ou seja, apreender alguns dos vestígios que nos aproximassem da história da gente simples do lugar, de indígenas e pobres e livres, levando-nos à compreensão de ser a história tecida também por esta matéria viva. No Itinerário de viagem, por exemplo, foi possível enxergar homens e mulheres em tempos remotos vivendo o modo possível de cada dia, com suas roças e pequenas criações, em meio ao turbilhão de violências como marca costumeira do processo de ocupação das terras também pelo sul de Mato Grosso. Necessitamos dar continuidade à pesquisa, no cruzamento de fontes, a fim de entender melhor a história desses personagens, especialmente dos pobres e livres, para que outras tramas avancem para além da história dos pioneiros.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.
- BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant’Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do Sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX) In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 45-67.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

BORGES, Maria Celma. Os Cayapó e a propriedade da terra em Sant'Anna do Paranahyba, sul de Mato Grosso. In: *Outros Tempos*, vol. 14, n. 23, 2017. p. 105 -128.

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. Memória Justificativa dos trabalhos que foi encarregado à Província de Matto Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura, de 27 de maio de 1879. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=1hNnAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 08 Mar.2021.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: *História: novos problemas*. LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs.) 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um Povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LOPES, Joaquim Francisco. *Derrotas*. Campo Grande: Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, 2010. 152 p.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder –conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Cássia Queiroz da. *Pobres livres nos sertões do Sul de Mato Grosso - Sant'Anna do Paranahyba (séc. XIX)*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SILVA, Lúgia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.